

Fórum no Congresso para debater reforma

por João Alexandre Lombardo de Brasília

Hoje, às 8 horas, o presidente Fernando Collor de Mello apresenta ao País, em cadeia nacional de rádio e televisão, um conjunto de propostas para incentivar o debate sobre a reforma da Constituição. O governo federal tem como premissa, nesse documento de cerca de sessenta páginas, a necessidade de uma total redefinição do papel do Estado, por iniciativa do Congresso Nacional.

Ontem, os congressistas instituíram um mecanismo formal, no Congresso, que deve funcionar como etapa inicial do debate sobre o futuro do País, a partir da reforma constitucional — marcada para 1993 na Carta, mas que poderá vir a ser antecipada.

Chama-se "fórum" e terá a participação de líderes de todos os partidos políticos, além de organizações não governamentais (OAB, CNI, CUT, CGT, Força Sindical, entre outras). A participação do governo vai se dar através de seus líderes no Congresso e de seus próprios integrantes, tendo como base o documento apresentado hoje pelo presidente da República.

A agenda de discussões é aberta e, como tal, pode in-

cluir desde negociações sobre o curto e médio prazo — no caso, por exemplo, da nova política salarial — até aspectos relevantes e polêmicos da reforma da Constituição, de acordo com parlamentares de diferentes partidos.

Nota-se, na verdade, uma certa dose de competição entre o Executivo e o Legislativo, nas últimas semanas, em torno do patrocínio da abertura desse debate sobre o futuro do País. Collor, por exemplo, fez precipitar a conclusão dos estudos do governo; no Congresso, os líderes partidários apressaram-se em criar um "fórum" para o qual, até ontem, não tinham definição de formas de funcionamento. Mas prevalece a vontade política, impulsionada pela Carta em vigor que impõe uma revisão constitucional sem limitações.

Ontem, Collor chamou para uma conversa o governador de São Paulo, Orestes Quércia, que controla a maior bancada no Congresso, a do PMDB. À saída, Quércia negou que o presidente lhe tenha pedido apoio político ou mesmo discutido o documento a ser apresentado hoje ao País. Não deu detalhes sobre o conteúdo dessa conversa.

Antes mesmo de conheci-

das, porém, as propostas do governo já criam polémicas. "Não podemos aceitar uma camisa-de-força no entendimento nacional", protestava ontem o deputado José Genoíno (PT-SP). "Vamos propor o debate dessas propostas já na quarta-feira, na reunião do 'fórum'", anunciou o deputado Arnaldo Faria de Sá (PRN-SP). "Não temos a preocupação de competir com o Executivo", observou o líder do PMDB, Genivaldo Correia.

Entre os empresários há expectativa, mas com restrições. "O governo não terá o apoio da FIESP se as empresas forem obrigadas por lei a permitir a participação dos empregados nos lucros das empresas", comentou Sérgio Bergamini à repórter Cynthia Malta, em São Paulo. A Constituição em vigor estabelece essa obrigatoriedade, que depende de regulamentação.

(Ver página 8)

A oposição impediu ontem o término da votação do projeto de lei complementar que regula o uso de medidas provisórias. Com isso, não houve quórum suficiente e a votação foi adiada para a próxima semana.

(Ver página 9)